

Demonstrações Contábeis

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

31 de dezembro de 2013
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais 3

Demonstrações do resultado 4

Demonstrações do resultado abrangente..... 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 6

Demonstrações dos fluxos de caixa..... 7

Demonstrações do valor adicionado 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

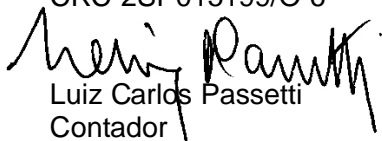
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A - ETEM em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado (DVA)

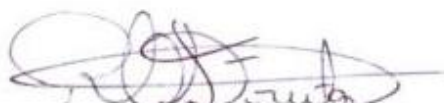
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, sendo considerada informação adicional para as demais entidades. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luiz Carlos Passetti
Contador
CRC-1SP144343/O-3-S-SP



Rita de C. S. de Freitas
Contadora
CRC-1SP214160/O-5 - S - SP

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		13.105	12.819
Caixa e equivalentes de caixa	5	565	334
Investimento de curto prazo	5	-	372
Concessionárias e permissionárias	6	1.190	849
Impostos a recuperar	7	261	233
Ativo financeiro da concessão	8	10.755	10.587
Outros ativos		334	444
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		91.024	86.970
Títulos e valores mobiliários	11	1.931	1.931
Ativo financeiro da concessão	8	88.922	85.039
Depósito judicial		171	-
ATIVO TOTAL			
		104.129	99.789
PASSIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
		8.295	8.288
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	11	3.480	3.489
Fornecedores		1.991	3.609
Salários, férias e encargos sociais		93	72
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	128	137
Dividendos a pagar	12	1.879	397
Taxas regulamentares		546	344
Outras obrigações		178	240
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		38.437	41.619
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	11	38.034	41.390
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	403	229
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
		57.397	49.882
Capital social	12	42.172	41.303
Reservas de lucros	12	15.225	8.579
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		104.129	99.789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	13.686	19.885
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	15	(1.252)	(738)
Custo de infraestrutura		(91)	(7.876)
		(1.343)	(8.614)
LUCRO BRUTO		12.343	11.271
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	15	(303)	(444)
Pessoal		(62)	(155)
Honorários da diretoria e conselho de administração	18	(181)	(449)
		(546)	(1.048)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		11.797	10.223
Despesas financeiras	16	(3.335)	(3.878)
Receitas financeiras	16	199	99
		(3.136)	(3.779)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.661	6.444
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(359)	(314)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(174)	(143)
		(533)	(457)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.128	5.987
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	13	0,19273	0,15070
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		42.172	42.172

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.128	5.987
Resultado abrangente	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	8.128	5.987

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos exercícios apresentados.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Reservas de lucros			Total
				Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros e prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2011		37.631	(2.430)	150	2.839	-	38.190
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	5.987	5.987
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12	-	-	299	-	(299)	-
Reservas de lucros	12	-	-	-	5.291	(5.291)	-
Dividendos declarados	12	-	-	-	-	(397)	(397)
Integralização de capital - 31/01/2012		-	1.978	-	-	-	1.978
Integralização de capital - 31/03/2012		-	452	-	-	-	452
Aumento de capital conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração - 22/06/2012		2.369	-	-	-	-	2.369
Aumento de capital conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária - 11/07/2012		2.172	(869)	-	-	-	1.303
Saldos em 31 de dezembro de 2012		42.172	(869)	449	8.130	-	49.882
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.128	8.128
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	12	-	-	407	-	(407)	-
Reservas de lucros	12	-	-	-	6.239	(6.239)	-
Dividendos declarados	12	-	-	-	-	(1.482)	(1.482)
Integralização de capital, conforme Termo de Cessão entre Alupar e Bimetal de 18/01/2013	12	-	869	-	-	-	869
Saldos em 30 de dezembro de 2013		42.172	-	856	14.369	-	57.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.661	6.444
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Variações monetárias e cambiais líquidas	3.147	3.830
Receita de aplicações financeiras	(180)	(87)
Descontos financeiros obtidos	(16)	-
	11.612	10.187
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(341)	(362)
Ativo financeiro da concessão	(4.051)	(10.859)
Impostos a recuperar	(28)	201
Outros ativos	(61)	(436)
	(4.481)	(11.456)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(1.602)	2.117
Taxas regulamentares e setoriais	193	344
Salários, férias e encargos sociais	21	12
Tributos e contribuições sociais a recolher	(368)	(323)
Outros passivos circulantes	(62)	216
	(1.818)	2.366
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.313	1.097
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de aplicações financeiras	4.106	4.390
Investimentos em aplicações financeiras	(3.554)	(6.408)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de investimentos	552	(2.018)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	869	6.102
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	-	46.155
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(6.503)	(51.022)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de financiamentos	(5.634)	1.235
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	231	314
Demonstração do aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	334	20
Saldo no final do exercício	565	334
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	231	314
Informações adicionais		
Pagamento contribuição social	95	44
Pagamento de imposto de renda	179	76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS		
Receita de concessão de transmissão	1.850	4.701
Receita de infra-estrutura	91	7.876
Remuneração dos ativos da concessão	12.481	8.017
	<u>14.422</u>	<u>20.594</u>
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo de infra-estrutura	(91)	(7.876)
Serviços de terceiros	(922)	(896)
Materiais	(60)	(29)
Outros custos operacionais	(19)	-
	<u>(1.092)</u>	<u>(8.801)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receita financeira	199	99
	<u>199</u>	<u>99</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>13.529</u>	<u>11.892</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	446	363
Benefícios	74	214
Auxílio alimentação	33	16
Assistência médica e odontológica	36	26
Outros	5	172
FGTS	36	49
	<u>556</u>	<u>626</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.470	1.380
INSS	119	117
Encargos do consumidor	358	350
Imposto de renda e contribuição social	359	314
PIS e COFINS	378	359
Imposto de renda e contribuição social diferidos	174	143
Outros impostos e taxas	82	97
	<u>1.470</u>	<u>1.380</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	3.138	3.830
Aluguéis	40	21
Outras despesas financeiras	197	48
	<u>3.375</u>	<u>3.899</u>
Remuneração de capitais próprios		
Reservas de lucros	6.646	5.590
Dividendos propostos	1.482	397
	<u>8.128</u>	<u>5.987</u>
	<u>13.529</u>	<u>11.892</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

1. Informações Gerais

A Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (“Companhia” ou “ETEM”) foi constituída em 14 de julho de 2010 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 9º andar, Bloco I, sala C, Vila Olimpia cidade de São Paulo – SP CEP: 04548-005 e filial localizada na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 3º andar, conjunto 1 sala, 1 Bairro Duque de Caxias, no Município de Cuiabá, estado do Mato Grosso, CEP: 78049-365 tendo por objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

Concessões de linhas de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2010 - ANEEL, de 12 de julho de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas pelas seguintes linhas: i) linha de transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 130 km, com origem na Subestação Nobres, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá; e ii) circuito simples com extensão aproximada de 105 km, origem na Subestação Nova Mutum e término na Subestação de Nobres localizada no Estado de Mato Grosso, incluindo entradas de linha, interligações de barras, barramentos, reatores de linha, reatores de barra, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida - RAP desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a receita Anual permitida – RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º até o final do prazo de concessão.

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.559 de 27 de junho de 2013 é de R\$ 10.699 para o ciclo de 2013/2014. Para os ciclo de

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

2012/2013 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 10.046 para a Companhia, excluído PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 30 de Janeiro de 2014.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, tais como capacidades de tráfego, perda de energia, extensão da linha de transmissão,

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

seguros e meio ambiente não foram cobertas pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis .

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para litígios.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. Sumário das práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários, são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo incluem aplicações financeiras e estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efetivos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido.

3.1.3. Contas a Receber concessionárias e permissionárias

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

3.1.4. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não tem provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.5. Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

Este modelo é aplicado na Companhia em função das suas operações.

3.1.6. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

3.1.7. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2. Provisões

Provisões são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação presente resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.3. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia não possuía instrumentos de *hedge*.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fomecedores: inclui obrigações com fornecedores de energia, materiais e serviços.

3.3.1. Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Tributação

3.5.1. Impostos sobre a receita de transmissão

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

A receita de transmissão está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.5.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda (IR) e a contribuição social (CSL). A Companhia é está sob o regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada sobre uma base de 8% e 12% da receita operacional bruta, respectivamente. A alíquota utilizada para a apuração do imposto de renda é de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240 no exercício base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

3.5.3. Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados.

3.6. Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possui ajustes a valor presente de em suas demonstrações.

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados auditados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

3.9. Reconhecimento da receita

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre a receita de transmissão não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. Em atendimento a Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a Reconciliação entre a Receita Bruta e a Receita Líquida, apresentada em nota explicativa.

3.9.1. Receita de transmissão de energia elétrica

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento da infraestrutura
- Remuneração do ativo financeiro de concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Remuneração do ativo financeiro de concessão

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

3.9.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.10. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

3.11. Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos nos próximos exercícios financeiros, são detalhadas a seguir.

3.12.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.12.2. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas,

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Quando aplicável, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.12.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.12.4. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infra-estrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.12.5. Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infra-estrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

desenvolvimento de infra-estrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.12.6. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento.

3.12.7. Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.12.8. Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

3.14. Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

4. Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4.2. Pronunciamentos que ainda não estão em vigor em 2013

A seguinte norma foi emitida pelo IASB e aprovadas pela CVM mas não está em vigor para o exercício de 2013:

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e equivalente de caixa:		
Numerário disponível	565	334
	<u>565</u>	<u>334</u>
	31/12/2013	31/12/2012
Investimento de curto prazo		
Certificados de depósitos bancários (1)	-	372
	<u>-</u>	<u>372</u>

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 96,09% do CDI em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013 não haviam investimentos aplicados em certificados de depósitos bancários.

6. Concessionárias e permissionárias

Encargos de uso da transmissão faturados	Saldos vincendos	Saldos vencidos				Total
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	
2013	1.010	13	9	15	143	1.190
2012	705	117	3	24	-	849

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2013, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas em contas a receber, uma vez que são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Impostos a recuperar

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	46	224
Imposto de renda - IRPJ	206	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	7	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	2	2
Outros	-	7
	<u>261</u>	<u>233</u>

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

8. Ativo financeiro da concessão

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	84.767
Receita de transmissão de energia (nota 14)	4.701
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	8.017
Receita de infra-estrutura (nota 14)	7.876
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(9.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	95.626
Receita de transmissão de energia (nota 14)	1.850
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	12.481
Receita de infra-estrutura (nota 14)	91
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(10.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	99.677
Circulante	10.755
Não circulante	88.922
	99.677

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelos contratos de Concessão celebrados com a União – Poder Concedente. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As infraestruturas construídas da atividade de transmissão são, ou serão, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão. A RAP corresponde ao valor fixo apresentado em leilão pelas concessionárias quando da outorga de suas concessões e não está relacionada ao volume de energia elétrica transmitido por suas instalações. Seu reajuste é feito anualmente, pelo IPCA, de acordo com os termos previstos nos contratos de concessão. A revisão tarifária ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP. Não há, entretanto, reajuste dos custos operacionais. Além disso, a RAP poderá sofrer reajustes em decorrência de eventos extraordinários, tais como alterações na legislação aplicável ao setor e investimentos em linhas e instalações de transmissão devidamente aprovados pela ANEEL;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

De modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a Companhia fará jus a receitas adicionais para amortização dos investimentos realizados para a implementação de reforços em nossas instalações. No caso de reforços sujeitos à autorização prévia da ANEEL, essas receitas adicionais serão determinadas previamente pela ANEEL. Com relação aos reforços ou melhorias que não exijam autorização prévia da ANEEL, eventuais receitas adicionais serão calculadas em processo de revisão extraordinária da RAP, sendo que os valores fixados na revisão retroagirão até o momento em que os reforços iniciaram operação.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

9. Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
Imposto de renda - IRPJ	56	40
Contribuição social - CSLL	29	26
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	6	28
Programa de Integração Social - PIS	5	2
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	22	11
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8	13
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	17
Outros	1	-
	<u>128</u>	<u>137</u>

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. A composição segue abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal regulatório (Sem a adoção do ICPC 01)	89.303	89.303	90.345	90.345
Ativo societário (Com a adoção do ICPC 01)	(104.128)	(104.128)	(99.789)	(99.789)
Base de cálculo para constituição - IR e CS diferidos	<u>(14.825)</u>	<u>(14.825)</u>	<u>(9.444)</u>	<u>(9.444)</u>
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	(1.186)	(1.779)	(756)	(1.133)
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Outros	6	-	27	11
IR e CS diferidos (Passivo)	<u>(243)</u>	<u>(160)</u>	<u>(138)</u>	<u>(91)</u>
IR e CS diferidos (Resultado)		<u>(174)</u>		<u>(143)</u>

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

11. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

a) O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Moeda nacional	31/12/2013				
	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos	Principal	
Circulante			Circulante	Não circulante	
Empréstimos e financiamentos:					
BNDES	15/04/26	TJLP + 2,44% a.a	124	3.356	38.034
			<u>124</u>	<u>3.356</u>	<u>38.034</u>

Moeda nacional	31/12/2012				
	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos	Principal	
Circulante			Circulante	Não circulante	
Empréstimos e financiamentos:					
BNDES	15/04/26	TJLP + 2,44% a.a	133	3.356	41.390
			<u>133</u>	<u>3.356</u>	<u>41.390</u>

Em 27 de janeiro de 2012 a Companhia liquidou um empréstimo contratado junto ao Banco Itaú Unibanco S.A, no montante de R\$ 45.400. Esta dívida foi substituída por um novo empréstimo, captado junto ao BNDES no montante de R\$45.000, com as seguintes características: taxa de juros de TJLP + 2,44 % a.a., com vencimento mensal do principal e dos encargos, sendo a primeira amortização prevista em contrato para 15 de maio de 2012 e a última em 15 de abril de 2026. Este empréstimo tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 005/2010. O contrato com o BNDES possui cláusulas restritivas relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida. Em 31 de dezembro de 2013, os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia, sendo eles:

Índices financeiros	Índice definido em Contrato
Patrimônio Líquido/Ativo Total	≥ 25%
Índice de Cobertura de Serviço da Dívida	≥ 1,2

b) A movimentação de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Amortização do	Amortização do	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2012	dívidas	encargos	principal	encargos	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos						
BNDES	44.879	-	3.138	(3.356)	(3.147)	41.514
	<u>44.879</u>	<u>-</u>	<u>3.138</u>	<u>(3.356)</u>	<u>(3.147)</u>	<u>41.514</u>

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingresso de	Provisão de	Amortização do	Amortização do	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2011	dívidas	encargos	principal	encargos	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos						
Itaú BBA - Cédula de crédito	45.916	-	426	(45.400)	(942)	-
BNDES	-	46.155	3.404	(2.238)	(2.442)	44.879
	<u>45.916</u>	<u>46.155</u>	<u>3.830</u>	<u>(47.638)</u>	<u>(3.384)</u>	<u>44.879</u>

- c) Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	31/12/2013
	BNDES
2014	3.356
2015	3.356
2016	3.356
2017	3.356
2018	3.356
Após 2018	21.254
	<u>38.034</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia constituiu garantias conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estas garantias são no montante de R\$ 1.931, sendo que foram resgatados os rendimentos incorridos nos períodos. Essas aplicações estão registradas na rubrica “títulos e valores mobiliários” no ativo não circulante e são remuneradas em média a 98,65% do CDI em 31 de dezembro 2013 e 99,76% em 31 de dezembro de 2012.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social:

Em 18 de janeiro de 2013, mediante “Termo de Cessão e Transferência de Ações Ordinárias Nominativas a Título Gratuito” celebrado entre a Alupar (Cessionário) e a Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. (Cedente), ocorreu a

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

cessão por parte da Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda. de 868.900 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal do capital social, a título gratuito, da Companhia. Dessa modo, a Alupar passou a deter 26.172.251 ações ordinárias correspondendo a 62,06% do capital social. Em 07 de fevereiro de 2013 a Alupar integralizou o valor de R\$ 869.

12.2 Composição acionária:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	26.172.251	62,06	25.303.351	60,00
Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda.	16.000.000	37,94	16.868.900	40,00
Total das ações	42.172.251	100,00	42.172.251	100,00

12.3 Reserva Legal e destinação do resultado:

Destinação do resultado	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	8.128	5.987
Constituição de reserva legal (5%)	(407)	(299)
Subtotal	7.721	5.688
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.482)	(397)
Reserva de lucros	(6.239)	(5.291)
Saldo de lucros acumulados	-	-

13. Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir apresenta o lucro por ação da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Período findo em	
	31/12/2013	31/12/2012
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	8.128	5.987
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada do número de ações ordinárias	42.172	39.729
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,19273	0,15070

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

14. Receita operacional líquida

	31/12/2013	31/12/2012
<u>Receita operacional bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	1.850	4.701
Remuneração do ativo de concessão	12.481	8.017
Receita de infra-estrutura	91	7.876
Total - Receita operacional bruta	14.422	20.594
<u>Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Programa de Integração Social - PIS	(67)	(64)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(311)	(295)
	(378)	(359)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(261)	(255)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(39)	(38)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(39)	(38)
Ministério de minas e energia - MME	(19)	(19)
	(358)	(350)
Receita Operacional líquida	13.686	19.885

15. Custos e despesas operacionais

	31/12/2013		
	Custo dos Serviços Prestados	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(432)	-	(432)
Material	(56)	(4)	(60)
Serviços de terceiros	(660)	(262)	(922)
Arrendamento e aluguéis	(20)	(20)	(40)
Seguros	(16)	(1)	(17)
Tributos e taxas	(14)	(16)	(30)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(52)	-	(52)
Outras	(2)	-	(2)
Total	(1.252)	(303)	(1.555)

	31/12/2012		
	Custo dos Serviços Prestados	Despesas administrativas	Total
Pessoal	(139)	-	(139)
Material	(12)	(17)	(29)
Serviços de terceiros	(536)	(360)	(896)
Arrendamento e aluguéis	-	(21)	(21)
Tributos e taxas	-	(46)	(46)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(51)	-	(51)
Total	(738)	(444)	(1.182)

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2013	31/12/2012
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	180	87
Descontos obtidos	16	12
Outras	3	-
Total	199	99
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.138)	(3.830)
Atualização monetária	(9)	-
Juros e multas	(188)	(48)
Total	(3.335)	(3.878)
Total Líquido	(3.136)	(3.779)

17. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Correntes	(233)	(126)	(196)	(118)
Diferidos	(105)	(69)	(84)	(59)
Total	(338)	(195)	(280)	(177)
b) Tributos correntes:				
Receita de transmissão de energia - Regulatório	10.370	10.370	9.736	9.736
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Receita de transmissão ajustado	830	1.244	779	1.168
Receita financeira	199	199	99	99
	1.029	1.443	878	1.267
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Outros		(4)	-	(4)
Total dos tributos correntes	(233)	(126)	(196)	(118)
c) Tributos diferidos:				
ICPC 01 - imposto diferido (vide nota nº 10)	(105)	(69)	(84)	(59)

	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
d) Alíquota efetiva:				
Resultado antes dos tributos	8.661	8.661	6.444	6.444
Despesa com tributos	338	195	280	177
Alíquota efetiva	3,9%	2,3%	4,3%	2,7%

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

18. Partes relacionadas

18.1 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não há saldo em aberto com partes relacionadas.

18.2 Garantias

A Alupar Investimento S.A. é prestadora de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações, no contrato de financiamento 11.2.1030-1, celebrado entre a Companhia e o BNDES, conforme mencionado na Nota Explicativa n. 11.

18.3 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a remuneração da alta administração foi conforme segue:

	31/12/2013	31/12/2012
Benefícios de curto prazo (a)	(181)	(449)
Total	(181)	(449)

- (a) Incluem ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, previdência privada, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros, e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para a alta administração.

19. Instrumentos financeiros

19.1 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

19.1.1 Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia de realizar seus direitos provenientes do contas a receber de concessionárias e permissionárias; caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

a) Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais)

19.1.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

19.1.3 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

19.1.4 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme cláusulas previstas no contrato de concessão reajustadas anualmente, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

19.2 Hierarquia do valor justo

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferência de avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro da concessão.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

19.3 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores: devido aos valores contábeis desses instrumentos financeiros, aproximarem-se de seus valores justos, os mesmos são demonstrados com valores equivalentes.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

19.4 Gestão de capital

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento.

	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos (Líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(3.480)	(3.489)
Não circulante	(38.034)	(41.390)
Dívida total	(41.514)	(44.879)
Caixa e equivalentes de caixa	565	334
Investimentos de curto prazo	-	372
Títulos e valores mobiliários	1.931	1.931
Dívida líquida	(39.018)	(42.242)
Patrimônio líquido	57.397	49.882
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	68,0%	84,7%

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

19.5 Informações sobre liquidez

A Companhia têm como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

19.6 Análise de sensibilidade dos investimentos e das dívidas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o CDI projetado foi obtido através do relatório Focus do Banco Central de 27 de dezembro de 2013; e no caso da TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; e a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (Moeda nacional) - Consolidado	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2013	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
				Risco de redução		Risco de aumento			
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)		
TJLP			5,00%	2,50%	3,75%	6,25%	7,50%		
BNDDES	TJLP+	2,44%	41.390	3.130	2.070	2.600	3.660	4.190	
			Total	41.390	3.130	2.070	2.600	3.660	4.190

20. Provisões para contingências

A Companhia é parte em reclamações trabalhistas em que a avaliação de assessores jurídicos indica perda possível, com valor estimado de R\$ 73, mas não possui nenhum processo classificado com probabilidade de perda provável.

Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A – ETEM

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

21. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.

22. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013 a cobertura de seguros estabelecido pela Administração da Companhia, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada R\$ mil
	de	até	
Riscos operacionais	04/06/13	04/07/14	49,500
Total			<u>49,500</u>

23. Medida Provisória 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.